

RECLAMAÇÃO 21.895 GOIÁS

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
RECLTE.(S)	: NATANAEL CAETANO DO NASCIMENTO
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE DE ALMEIDA SANTOS E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA GOIÁS
PROC.(A/S)(ES)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO:

EMENTA: DIREITO PENAL E ELEITORAL. RECLAMAÇÃO. SÚMULA VINCULANTE 46. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITOS E VEREADORES.

1. Reiteração de reclamação proposta anteriormente (Rcl 21.547).
2. Reclamação a que se nega seguimento.

1. Trata-se de reclamação, com pedido de medida liminar, proposta contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no Agravo de Instrumento nº 340483-85.2014.8.09.0000 (201493404830), que teria violado diversos dispositivos constitucionais e contrariado a Súmula Vinculante 46, que possui o seguinte teor:

“A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.”

2. A parte reclamante sustenta, em síntese, que a autoridade reclamada teria contrariado o art. 5º, I, II, VI e VII do Decreto-Lei 201/67, que dispõe sobre as normas de processo e julgamento dos crimes de responsabilidade ou infrações politico-administrativas dos prefeitos e

RCL 21895 / GO

vereadores.

3. Extraí-se dos autos que o reclamante interpôs agravo de instrumento contra a decisão que indeferiu a liminar do mandado de segurança nº 179037-38.2014.8.09.0044 (201401790377). Este mandado de segurança foi impetrado contra ato do Presidente da Câmara Municipal de Formosa/GO, que constituiu Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar suposta quebra de decoro parlamentar. Afirma que os trabalhos não foram concluídos no prazo estabelecido de 90 (noventa) dias e, por este motivo, a Comissão deveria ter sido extinta. Narra que foi constituída Comissão Processante com base no relatório final da CPI que, por derivação, seria ilegal. Sustenta, ainda, que não havia quórum suficiente para o recebimento da denúncia ilegal, na medida em que alguns vereadores estariam impedidos.

4. Assim, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, ao não acolher a tese do reclamante de que a Comissão Parlamentar de Inquérito deveria ser extinta, violou o art. 5º, do Decreto-Lei 201/67 e, consequentemente, a Súmula Vinculante 46.

5. É o relatório. **Decido.**

6. As questões ventiladas nesta reclamação são objeto de análise da Rcl 21.547, na qual indeferi a liminar e solicitei as informações ao Juízo da 2ª Vara Cível, das Fazendas Públicas e de Registros Públicos da Comarca de Formosa/GO.

7. Diante do exposto, com fundamento no art. 38 da Lei nº 8.038/1990 e no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento à reclamação, prejudicada a análise do pedido liminar.

Publique-se. Intimem-se.

RCL 21895 / GO

Brasília, 15 de setembro de 2015.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator

Documento assinado digitalmente